



ACTA N.º 10/2006

Reuniu, aos 15 de Dezembro de 2006, pelas 15H30, na sede da Ordem dos Advogados, sita à Rua Ho Chi Min, Edifício da Direcção Nacional de Estatística, o Conselho Nacional, sob a presidência do Dr. Manuel Vicente Inglês Pinto, Bastonário da Ordem, com a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

- 1- Aprovação da Acta n.º 09/06;
- 2- Análise da Actividade do Centro de Estudos e Formação e do seu regulamento;
- 3- Análise do regulamento do Centro de Práticas Jurídicas da Faculdade de Direito da UAN;
- 4- Informação sobre as Assembleias da UALP (União das Associações de Advogados de Língua Portuguesa), e da Conferência da Associação dos Advogados da SADC;
- 5- Diversos:
 - Proc. n.º 0601/05-B, 2.ª Secção da Sala do Cível e Administrativo, - Acção de simples apreciação positiva – intentada pelo Dr. Tiago Miguel Ribeiro;
 - Evolução do exercício da advocacia na Província de Cabinda.

Presenças:

Dr. Moisés David;
Dr.ª Pulquéria Van-Dúnem Bastos.
Dr. Luís Filipe Pizarro;
Dr. Martinho Nombo;
Dr. António Joaquim.

Ausências:

Dr. João André Pedro;
Dr.ª Teresa Marçal (Justificada);
Dr.ª Solange Romero Machado (Justificada);
Dr.ª Fátima Neto (Justificada);
Dr. Machila dos Santos;
Dr. Valentim Comboio.

A reunião contou também com a presença do Dr. Carlos Feijó – Director do Centro de Estudos e Formação da Ordem e Dr. António Paulo, para, especificamente, abordarem o ponto 2 da ordem de trabalhos.

Analizados e discutidos os pontos constantes da Ordem de Trabalhos ora aprovada, o Conselho tomou as seguintes deliberações:

Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)
TEL. 322777/326330
INTERNET: www.oaang.org
E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com
Contrib.N.º 0.95.507/00.0
Luanda - Angola

1. Por não ter sido ainda elaborada a acta a que se refere o presente ponto, foi transferida a sua discussão e aprovação para próxima reunião;

2. Num primeiro momento, o Dr. Carlos Feijó fez um enquadramento geral do projecto de Regulamento do Centro de Estudos e Formação, - CEF- o qual privilegia a componente do estudo e formação, e sugeriu que a componente orgânica do Centro seja objecto de um outro documento.

Posteriormente, referiu-se às condições de operacionalidade e funcionamento do Centro, designadamente, instalações, corpo docente e financiamentos.

No que diz respeito às instalações, referiu que presentemente já está acertado para que o Centro funcione no INEJ (Instituto Nacional de Estudos Judiciários), sito no Projecto Nova Vida, sendo que as aulas decorrerão predominantemente no período da manhã.

Quanto ao corpo docente, foram avançados nomes de docentes com potencialidade para coordenar e supervisionar as diferentes áreas de formação previstas no art.º4.º do Regulamento de Formação, nomeadamente:

- a) Deontologia profissional – Prof.ª Dr.ª Maria do Carmo Medina;
- b) Prática processual civil – Dr.ª Manuela Cunha;
- c) Prática processual penal – Dr. Grandão Ramos e António Cícero;
- d) Prática jurídica multidisciplinar - a ser efectuada em escritório de advogados.

No concernente ao financiamento ficou assente o principio da não gratuidade da formação, tendo sido apontadas como possíveis fontes o recurso ao Estado e o estabelecimento de quotas.

Prevê-se que a abertura das inscrições para a frequência do Centro se façam em Abril ou seja no período em que os estudantes tenham conhecimento definitivo da sua situação académica.

Finalmente, foram apresentadas pequenas propostas de alteração ao projecto de Regulamento do CEF, designadamente o artigo 39.º n.º 2, alargando o prazo aí fixado de 15 (quinze) para 30 (trinta) dias.

3. O Conselho analisou a proposta de criação do Centro de Práticas Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, assim como a proposta de Protocolo de Cooperação entre a Faculdade de Direito da UAN e a Ordem e, liminarmente, manifestou as suas reservas quanto ao previsto no n.º 1 do seu artigo 3.º, por configurar uma situação de assistência judiciária, bem como relativamente ao art.º 15.º que expressamente traduz o patrocínio judiciário, que é um acto próprio da advocacia.

No que diz respeito ao citado projecto de protocolo, o Conselho chamou particular atenção para os artigos 2.º e 5.º.

Por fim, o Conselho propôs a elaboração de um Regulamento Disciplinar para os estudantes que futuramente integrarão o citado Centro.

Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)

TEL. 322777/326330

INTERNET: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Contrib.N.º 0.95.507/00.0

Luanda - Angola

Para assegurar um acompanhamento da implementação do projecto, foi constituída uma comissão integrada por membros dos Conselhos Nacional e Provincial, nomeadamente, Dr. Moisés David, Valentiim Comboio, António Joaquim, Solange Machado e Teresa Marçal e Júlia Ferreira, respectivamente.

4. Pelos Drs. Inglês Pinto e Moisés David foram prestadas informações sobre a participação da Ordem nas assembleias anuais da UALP e SADC.

Foi enfatizada a pressão actualmente existente, ao nível da UALP, no que se refere a abertura por Angola do mercado da advocacia, permitindo um livre exercício desta no nosso país por profissionais dos países integrantes da Organização.

Ficou vincada a necessidade da Ordem dos Advogados analisar com profundidade a situação, a fim de se encontrar uma solução consentânea com evolução global que actualmente se assiste ao nível da prestação de serviços.

Assim, sendo foi proposta a criação de um grupo de trabalhos para estudar com profundidade o assunto integrado pelos Drs. Carlos Queirós, Francisco Santa Rosa e Filipe Paulino.

No que se refere à Assembleia da SADC cuja eleição marcada para o dia de encerramento o representante da O.A. A não pôde assistir, por razões de programação da viagem, o enfoque vai para o novo contexto internacional, traduzida na aceleração da cooperação e da criação da base de dados de legislação dos países da SADC, em que Angola ainda não esta incluída, e ainda da existência de um protocolo de acesso à legislação.

Para o efeito, foi criada uma página na Internet: <http://www.safiii.org>.

Realce também para os instrumentos e organizações internacionais no domínio do comércio, como sejam a OMC e o Acordo de Cotonou.

Face aos enormes compromissos internacionais da Ordem o Conselho recomendou a urgente dinamização da Comissão de Relações Internacionais.

4. O Conselho foi informado da Sentença n.º 120/06 proferida na acção de simples apreciação positiva instaurada pelo Dr. Tiago Miguel Ribeiro, que correu termos na 2.ª Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, cujo conteúdo atenta contra a competência disciplinar exclusiva da Ordem sobre os advogados, na medida em que considera as decisões disciplinares da Ordem susceptíveis de recurso para os tribunais comuns.

Ainda a esse respeito o Conselho foi informado da impossibilidade da Ordem recorrer de tal decisão, uma vez que, por razões não suficientemente determinadas, o prazo para o efeito já havia decorrido.

Assim, por se verificar a existência de aspectos insuficientemente claros na sentença em questão, que alegadamente atentam contra normas constitucionais, o Conselho deliberou solicitar um parecer a um professor de Direito Constitucional.

Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)

TEL. 322777/326330

INTERNET: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Contrib.N.º 0.95.507/00.0

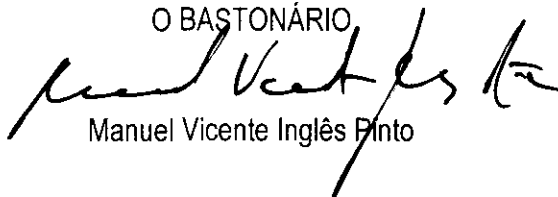
Luanda - Angola

O Conselho tomou conhecimento da evolução da situação político - social na província de Cabinda e dos efeitos da visita dos membros do Conselho Nacional àquela Província e manifestou o seu regozijo pelas melhorias no exercício da advocacia, traduzidas na remoção de todos os obstáculos ao livre exercício da advocacia.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, quando eram 18H00M, dela se lavrando a presente acta, que depois de aprovada, será assinada pelo Bastonário.

Luanda, 20 de Dezembro de 2006

O BASTONÁRIO



Manuel Vicente Inglês Pinto

Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)

TEL. 322777/326330

INTERNET: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Contrib.N.º 0.95.507/00.0

Luanda - Angola